

# Nova lei antitóxicos (Lei 10.409/02) – Mais confusão legislativa

Damásio E. de Jesus\*

Incidimos, mais uma vez, no vício da má elaboração de leis. A Presidência da República, deixando de recusar integralmente o Projeto da nova Lei Antitóxicos, preferiu, para não ferir o Congresso Nacional, vetar 35 de seus dispositivos. Com isso, quando entrar em vigor a lei nova (Lei 10.409, de 11 de janeiro de 2002), o que se dará no dia 27 de fevereiro do corrente ano (2002), teremos nova confusão legislativa. Assim:

I. As normas dos Capítulos I e II da Lei 10.409/02 (arts. 2.º a 13), que dispõem sobre generalidades administrativas, prevenção, erradicação e tratamento, revogaram parcialmente a Lei 6.368/76; desta, somente subsistem os dispositivos que tratam de temas não disciplinados na nova legislação.

II. Os dispositivos do Capítulo III do Projeto (arts. 14 a 26), que descreviam crimes, foram inteiramente vetados. De maneira que continuam em vigor os arts. 12 e seguintes da Lei 6.368/76, que definem os delitos referentes a tóxicos.

III. Em relação aos arts. 27 a 34 da lei nova (Capítulo IV), que dispõem sobre o procedimento penal (fase inquisitiva do procedimento criminal), haverá posições divergentes: 1.ª orientação: embora em vigor, os arts.

27 a 34 não possuem eficácia. O art. 27 determina: “O procedimento relativo aos processos por *crimes definidos* nesta *Lei* rege-se pelo disposto neste Capítulo...” (itálico nosso). Ocorre que a Lei 10.409/02 não define crimes (*vide*, acima, o item 2). Logo, os dispositivos do mencionado capítulo ficaram sem objeto. Consequência, de acordo com essa posição: na parte inquisitória do procedimento penal por crimes concernentes a tráfico de tóxicos subsistem as disposições da Lei 6.368/76 (flagrante, investigação, perícia etc.); 2.ª orientação: os arts. 27 a 34 revogaram *parcialmente* as disposições da Lei 6.368/76 que disciplinavam a parte inquisitiva do procedimento referente aos delitos de tráfico de drogas (nossa posição). Observação: da Lei 6.368/76 subsistem as normas sobre institutos não disciplinados pela lei nova. Além disso, cuidando-se de crimes dos arts. 15, 16 e 17 da Lei 6.368/76, incide a Lei dos Juizados Especiais

## Artigos doutrinários

\*Professor, advogado, parecerista e ex-membro do Ministério Público.

Criminais (Lei 9.099/95, modificada pela Lei 10.259/01).

IV. As disposições do Capítulo V da Lei 10.409/02 (arts. 37 a 45), que disciplinam a instrução criminal, *revogaram parcialmente* a mesma parte processual da Lei 6.368/76 (permanecem as normas da lei anterior sobre institutos não regulados pela Lei 10.409/02). De modo que o rito processual da ação penal por crimes de tráfico de drogas (arts. 12, 13 e 14 da Lei 6.368/76), hoje, é o da lei nova; tratando-se, entretanto, dos crimes descritos nos arts. 15, 16 e 17 da Lei 6.368/76, de menor potencial ofensivo em face da Lei 10.259/01, incide a Lei dos Juizados

Especiais Criminais (Lei 9.099/95, alterada pela Lei 10.259/01).

V. Os arts. 46 a 55 da lei nova (capítulos VI e VIII), sobre os efeitos da sentença, a perda da nacionalidade e disposições finais, revogaram as disposições similares da Lei 6.368/76.

Temos uma colcha de retalhos, coexistindo as Leis 6.368/76 e 10.409/02 (Razões dos vetos, Mensagem 25, de 11 de janeiro de 2002, do Senhor Presidente da República ao Senhor Presidente do Senado Federal, razões do veto ao art. 1.º do Projeto).

## O que não se deve dizer ou fazer

*Notas de linguagem forense e de práticas viciosas*

*Novély Vilanova da Silva Reis\**

A lentidão da justiça não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Existe em todo o mundo. “Mesmo nos chamados países desenvolvidos, a justiça civil sofre de muitos problemas de ineficiência decorrentes dos custos e da duração dos procedimentos. As duas situações extremas são a Inglaterra pelos custos e a Itália pela demora” – observa o professor e pesquisador italiano Sergio Chiarloni no seu interessante artigo “Uma Perspectiva Comparada da Crise na Justiça

Civil e dos seus Possíveis Remédios”.

Aqui no Brasil, as praxes viciosas, a linguagem complicada e a cultura burocrática são fatores de retardamento da prestação jurisdicional. Nenhuma reforma legislativa pode mudar esse estado de coisas. Só haverá mudanças quando houver uma nova consciência ou mentalidade de que a Justiça não pode mais conviver com isso. Este trabalho é uma pequena contribuição nesse sentido.

\* Juiz Federal em Brasília e Professor da Faculdade de Direito/UniCeub